



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

## MANHÃ

### AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

# CONTABILIDADE

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



#### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



#### TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**



## Módulo I - Conhecimentos Gerais

### Língua Portuguesa

1

Assinale a opção em que os termos estão em paralelismo sintático, ou seja, apresentam segmentos estruturalmente idênticos.

- (A) Viajarei pela Europa, conhecerei Paris e voltarei feliz da vida.
- (B) Pelas notícias de ontem, o jornal de hoje faz temer as de amanhã.
- (C) A imprensa mente, deturpa os fatos e agride o vernáculo.
- (D) A conversa não é apenas dizer a coisa certa no momento certo, mas não dizer o que está errado no momento preciso.
- (E) O amor é mais precioso que a vida, e a honra é mais preciosa que o dinheiro.

2

As frases abaixo mostram uma comparação. Assinale a opção em que a comparação **não** é explicada.

- (A) Ideias são como crianças. As nossas são sempre maravilhosas.
- (B) As bibliotecas são como as farmácias: muitos venenos e poucos remédios.
- (C) A leitura, como a comida, não alimenta se não digerida.
- (D) Os discursos são como as orações copiadas dos textos religiosos.
- (E) Os talheres são como o papel higiênico: só ficam limpos se não forem usados.

3

As frases abaixo são construídas contando com a duplicidade de sentido de um termo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Livro raro é aquele devolvido depois de emprestado.
- (B) Eu, quando tenho de enviar uma mensagem, não escrevo um livro: vou aos Correios.
- (C) Como dizia o esquetejador, vamos por partes.
- (D) Os homens de poucas palavras são os melhores.
- (E) A única pessoa que escuta os dois lados de uma discussão é o sujeito do apartamento vizinho.

4

Assinale a opção em que a frase inicial, introduzida pela conjunção “se”, **não** apresenta valor de condição.

- (A) Se a voz do povo é a voz de Deus, começo a pressupor que Deus é um sujeito muito calado.
- (B) Se os homens são tão maus com o auxílio da religião, como seriam sem ela?
- (C) Se os homens tivessem verdadeiramente convicção de sua fé, seriam todos santos.
- (D) Se quiserdes saber o que Deus pensa do dinheiro, é só olhar a quem Ele o dá.
- (E) Se existe Deus, por que há coisas como a fome e os horários políticos na televisão?

5

Assinale a frase em que o termo sublinhado mostra valor interrogativo.

- (A) Não sei como é a alma de um criminoso, mas a alma do homem bom, honesto, é um inferno.
- (B) Se quem ama o vinho e o amor vai para o inferno, o paraíso deve estar vazio.
- (C) Onde há humanos há moscas e deuses.
- (D) Uma sociedade sem religião é como um navio sem bússola.
- (E) Não é lícito confiar quando os deuses são contrários.

6

Assinale a opção que apresenta o texto que deve ser classificado como descritivo.

- (A) A escola de samba entrou na avenida, passou diante dos jurados e, quando saiu na zona de dispersão, dava a impressão de ter certeza da vitória.
- (B) Os jurados estavam sentados numa espécie de plataforma que se debruçava sobre a passarela do desfile, mostrando sempre muita atenção ao que se desenrolava à sua frente.
- (C) As escolas de samba continuam sendo uma grande atração do carnaval carioca e é a razão principal da presença de turistas na cidade do Rio.
- (D) O mestre-sala exibiu toda a sua categoria de sambista, fez os cumprimentos necessários aos jurados, agradeceu os aplausos do público e continuou sua caminhada.
- (E) A bateria de uma escola de samba é uma atração à parte, atraindo o interesse do público em geral, já que ela se encarrega de dar o ritmo necessário ao samba.

7

Observe o trecho descritivo abaixo, que tem por objeto um personagem de uma cidade interiorana:

*‘Seu Paulo’ era um mineiro já de alguma idade, que já havia trabalhado em São Paulo como motorista, mas agora era um faz-tudo em Lavras. Tinha bom humor, gostava muito de conversar e, na minha pequena propriedade, fazia as pequenas tarefas agrícolas diárias, como limpar o terreno, botar água nas plantas e tirar pragas que surgissem na grama.*

Essa pequena descrição

- (A) procura identificar o personagem por meio de seus traços físicos.
- (B) destaca sobretudo os traços psíquicos do personagem.
- (C) mostra traços físicos e psíquicos do personagem.
- (D) descreve o personagem em diversas épocas, procurando valorizá-lo.
- (E) indica somente características sociais do personagem descrito, mostrando-o como símbolo do interiorano.

8

Observe o pequeno texto narrativo a seguir:

*Passeava despreocupadamente pelas ruas do meu bairro e passei diante de uma loja da loteria esportiva e me lembrei de que havia um alto prêmio acumulado. Fiquei tentado em jogar, mas não podia gastar aquele dinheiro no momento e desisti. Um pouco mais adiante, porém, arrependi-me e voltei para a loja.*

Sobre a estruturação desse texto narrativo, assinale a afirmação **inadequada**.

- (A) Há uma situação inicial que mostra o passeio despreocupado do narrador.
- (B) Ocorre um fato motivador de uma modificação na situação inicial, que é o fato de passar pela loja de loteria e lembrar-se do prêmio acumulado.
- (C) Há uma discussão interior do personagem que corresponde à trama narrativa e a um problema a ser resolvido.
- (D) Desistir de jogar corresponde a uma solução temporária do conflito interior do narrador.
- (E) Arrepende-se equivale ao final da narrativa, em que o conflito do texto é resolvido.

9

Assinale a oração adversativa que estabelece entre os segmentos indicados uma relação de real oposição.

- (A) A palavra é dom de todos, mas a sabedoria cabe a poucos.
- (B) Há muito o que saber, mas pouco que viver.
- (C) O que os homens realmente querem não é conhecimento, mas certezas.
- (D) Esteja pronto para escutar, mas lento para dar a resposta.
- (E) Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.

10

Leia a frase abaixo com atenção:

*Ninguém fica velho apenas por viver, mas por perder o interesse em viver.*

Assinale a afirmativa correta o significado ou a estruturação dessa frase.

- (A) A relação entre os segmentos da frase não é de oposição, mas de diferença.
- (B) O adjetivo “velho”, no contexto da frase, tem alto valor pejorativo.
- (C) O segundo segmento da frase retifica algo dito erradamente no primeiro segmento.
- (D) O termo “fica velho” pode ser adequadamente substituído por “envelheceu”.
- (E) O emprego de “apenas” mostra uma visão negativa do ato de viver.

## Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico

11

O campeonato interestelar de *wongwong* será disputado por 24.225 jogadores. Cada partida de *wongwong* é disputada por dois jogadores e, como resultado, ao final há um vencedor e um perdedor. O campeonato será todo eliminatório, ou seja, em cada partida o perdedor é eliminado e o vencedor prossegue na disputa.

Assim, o número de partidas desse campeonato será igual a

- (A) 24.224.
- (B) 100.640.
- (C) 120.460.
- (D) 412.224.
- (E) 1.024.316.

12

Juvenal obteve um empréstimo de R\$10.000,00 e se comprometeu a quitar a dívida em parcelas mensais, com juros de 5% ao mês sobre o saldo devedor. Ao final do primeiro mês, Juvenal pagou R\$4.000,00 e, ao final do segundo mês, pagou mais R\$4.000,00.

Se Juvenal resolver quitar a dívida ao final do terceiro mês, deverá pagar

- (A) R\$2.000,25.
- (B) R\$2.225,25.
- (C) R\$2.650,25.
- (D) R\$2.788,25.
- (E) R\$2.966,25.

13

A negação de *Se meu time ganhar o campeonato então vou viajar* é

- (A) Meu time não ganha e eu não viajo.
- (B) Se meu time perder então vou viajar.
- (C) Se meu time perder então não vou viajar.
- (D) Meu time não ganha e eu viajo.
- (E) Meu time ganha e eu não viajo.

14

Um campeonato de futebol de várzea terminou. A tabela a seguir mostra o número de gols marcados e de gols sofridos por cada equipe.

Equipe	Gols marcados	Gols sofridos
Ababá	32	21
Bebebé	29	16
Cracrará	33	42
Dededé	X	22
Evevé	21	40
Fafafá	19	39
Gigigi	40	33
Hohoho	29	27

A quantidade X de gols marcados pelo Dededé foi

- (A) 31.
- (B) 33.
- (C) 35.
- (D) 37.
- (E) 39.

15

Numa sala estão 16 pessoas, 10 das quais são homens e 6 são mulheres. Duas pessoas diferentes desse grupo são sorteadas.

A probabilidade de que sejam sorteadas duas mulheres é igual a

- (A) 12,5%.
- (B) 16,0%.
- (C) 22,5%.
- (D) 37,5%.
- (E) 50,0%.

## Ética no Serviço Público

16

Um objetivo consagrado no Código de Ética e Disciplina dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Resolução nº 18.523/2013), é o de

- (A) fomentar a utilização de informação privilegiada após o exercício do cargo, para que o respectivo servidor possa obter dela vantagem.
- (B) impor o sigilo de todas as informações que tramitam perante o Tribunal de Contas, diante da relevância das situações analisadas pelo órgão de controle, no exercício de suas atribuições constitucionais.
- (C) propiciar, no campo ético, regras específicas sobre o conflito de interesses públicos e privados, de modo fazer prevalecer esses últimos sobre aqueles anteriormente mencionados.
- (D) assegurar aos servidores do Tribunal de Contas a preservação de sua imagem, ainda que seu comportamento seja contrário as normas éticas estabelecidas pela aludida norma.
- (E) tornar transparentes as regras éticas de conduta dos servidores do Tribunal de Contas, para que a sociedade possa aferir sua integridade e a lisura do processo de apreciação das contas públicas.

17

No âmbito do microsistema legal de proteção ao patrimônio público e de combate à corrupção, a colaboração premiada tem, nos últimos tempos, ganhado especial destaque como relevante instrumento na apuração das respectivas condutas ilícitas.

À luz do disposto na Lei nº 12.850/2013 e da orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema é correto afirmar que

- (A) é inconstitucional a utilização de colaboração premiada prevista na mencionada norma em ação de improbidade administrativa, em quaisquer circunstâncias.
- (B) as declarações do agente que realiza a colaboração premiada com o Ministério Público são suficientes para o início da ação civil por ato de improbidade ajuizada pelo *parquet*, ainda desacompanhadas de outros elementos de prova.
- (C) a obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente que realiza a colaboração premiada deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização.
- (D) o acordo de colaboração premiada formalizado pelo Ministério Público não depende da interveniência da pessoa jurídica interessada, bastando a homologação da autoridade judicial.
- (E) a realização do acordo de colaboração premiada pelo Ministério Público será remetida para a análise do Juízo, sendo desnecessária a oitiva do colaborador pelo Magistrado, para fins de homologação.

18

Após o devido processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 5.810/1994, foi aplicada a Marcelo a penalidade de demissão. Contudo, seis anos após a imposição da sanção vieram à tona fatos novos que Marcelo acredita serem capazes de demonstrar a sua inocência em relação à infração funcional que ensejou a aludida penalidade, razão pela qual ele almeja instaurar a revisão do referido processo.

Acerca da revisão do processo, à luz do Diploma Legal em comento, é correto afirmar que

- (A) operou-se a prescrição para a pretensão revisional de Marcelo, que se submete ao prazo de cinco anos.
- (B) caso os fatos novos indiquem o contrário do almejado por Marcelo, é possível o agravamento da sanção.
- (C) a revisão não poderá correr em apenso ao processo originário, devendo ensejar processamento em apartado e independente.
- (D) o ônus da prova no processo revisional cabe à Marcelo, que deve demonstrar os elementos novos não apreciados no processo originário.
- (E) a Comissão revisora terá o prazo de até 30 (trinta) dias para concluir o processo e o julgamento cabe à autoridade superior àquela que aplicou a penalidade.

19

No âmbito das normas internacionais voltadas para o combate à corrupção, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, objeto do Decreto nº 5.015/2004, é designada como Convenção de

- (A) Palermo.
- (B) Nagoya.
- (C) Estocolmo.
- (D) Mérida.
- (E) Tóquio.

**20**

Após o devido processo legal, a Sociedade Transgressora sofreu a aplicação de penalidade prevista na Lei nº 12.846/2011, em decorrência da prática de ato lesivo à Administração Pública, mas está analisando a extensão dos efeitos da sanção, com relação aos dirigentes e administradores, ou eventualmente para outra sociedade, caso venha a promover uma alteração societária, considerando que desde antes da penalidade vinha analisando a possibilidade de promover uma fusão ou cisão.

Diante dessa situação hipotética, à luz da norma em questão é correto afirmar que

- (A) a penalidade aplicada à pessoa jurídica é automaticamente estendida aos seus administradores e dirigentes, independentemente de sua culpabilidade.
- (B) apenas as sanções aplicadas na esfera judicial podem ser estendidas para os administradores ou dirigentes ou mesmo para outra sociedade nas hipóteses de alteração contratual, transformação, fusão ou cisão.
- (C) a aplicação de penalidade com fulcro na lei em questão é pessoal, de modo que não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- (D) considerando que a responsabilização da pessoa jurídica depende da responsabilidade individual de pessoas naturais, as penalidades aplicadas subsistem nas hipóteses de alteração societária, caso tais indivíduos venham a integrar o novo quadro societário.
- (E) inexistindo simulação ou evidente intuito de fraude, na hipótese de eventual fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na lei em comento.

## Legislação Específica

**21**

O Tribunal de Contas do Estado do Pará recebeu, para fins de apreciação de sua legalidade, atos de concessão de aposentadoria editados no âmbito do Poder Executivo do Estado. Havia informação, no processo administrativo, de que foram descumpridos prazos estabelecidos no Regimento Interno.

Em situações dessa natureza, à luz da Lei Complementar estadual nº 81/2012, é correto afirmar que o Tribunal de Contas

- (A) deve denegar o registro dos atos de aposentadoria.
- (B) instaurar processo administrativo autônomo para apurar a irregularidade detectada.
- (C) registrar ou denegar o registro do ato de aposentadoria, sem prejuízo da aplicação de multa.
- (D) instaurar tomada de contas especial, de modo a verificar o cumprimento dos prazos junto ao ente de origem.
- (E) desmembrar o feito, de modo que o processo por ilícito administrativo tramite destacado do processo de registro.

**22**

Determinada Secretaria de Governo do Estado do Pará realizou levantamento a respeito dos bens imóveis do Estado e constatou que seria importante para o interesse público que uma parte deles fosse alienada. Por tal razão, solicitou que sua assessoria analisasse a necessidade, ou não, de autorização da Assembleia Legislativa.

A assessoria respondeu corretamente, à luz da Constituição do Estado do Pará, que

- (A) a autorização prévia somente é exigida em se tratando de alienação gratuita.
- (B) a autorização prévia é exigida tanto para a alienação gratuita como para a onerosa.
- (C) por força do princípio da divisão das funções estatais, a autorização não é exigida.
- (D) a autorização prévia somente é exigida para os bens situados no arquipélago de Marajó.
- (E) a autorização prévia somente é exigida para os bens com metragem superior a um alqueire.

**23**

Ana, servidora do Tribunal de Contas do Estado do Pará, foi incumbida por seu superior hierárquico de encaminhar determinado expediente ao órgão ou agente competente para exercer os encargos de inspeção e correição geral permanentes.

Após analisar o regimento interno Tribunal, Ana concluiu corretamente que o referido órgão é

- (A) o Corregedor.
- (B) o Tribunal Pleno.
- (C) a Auditoria-Geral.
- (D) o Presidente do Tribunal.
- (E) a Central de Fiscalização Interinstitucional.

**24**

Diversas organizações não governamentais, com sede e operações no Estado do Pará, consultaram um especialista em relação à forma de operacionalização da iniciativa popular na forma como disciplinada pela Constituição do Pará. Elas almejavam saber se seus associados poderiam apresentar proposições legislativas, bem como que proposições poderiam ser apresentadas.

O especialista respondeu corretamente que

- (A) apenas projetos de lei, ordinária ou complementar, podem ter iniciativa popular.
- (B) podem ter iniciativa popular tanto projetos de lei como propostas de emenda constitucional.
- (C) os projetos de lei de iniciativa popular devem ser subscritos, no mínimo, por dez por cento do eleitorado do Estado.
- (D) os projetos de lei de iniciativa popular devem ser subscritos, no mínimo, por quinze por cento do eleitorado do Estado.
- (E) os projetos de lei de iniciativa popular devem ser subscritos, no mínimo, por três décimos por cento do eleitorado do Estado, distribuídos, no mínimo, por dez municípios.

25

O Governador do Estado do Pará deve encaminhar ao Tribunal de Contas as contas correspondentes ao último exercício financeiro, para fins de emissão de parecer prévio.

Ao consultar sua assessoria em relação ao alcance e ao procedimento afeto à análise dessa prestação de contas, foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo, à luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar estadual nº 81/2012, que

- (A) as contas compreendem as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos Tribunais de Contas do Estado, dos Ministérios Públicos e da Defensoria Pública.
- (B) o parecer prévio se desenvolve em bases puramente inquisitoriais, devendo ser assegurados, no âmbito da Assembleia Legislativa, o contraditório e a ampla defesa.
- (C) essa prestação consiste no Balanço Geral do Estado, no Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e no Relatório de Auditoria Independente.
- (D) o parecer prévio deve ser estruturado em capítulos, sendo cada qual direcionado a uma estrutura orgânica diretamente subordinada ao Poder Executivo, com a menção, ao final, da conclusão pela aprovação, ou não.
- (E) o parecer prévio deve ser exarado no prazo de sessenta dias, prorrogáveis, a juízo da Assembleia Legislativa, por mais trinta dias, veiculando análise conclusiva sobre os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.

## História, Geografia e Conhecimentos do Estado do Pará

26

A respeito do processo histórico de formação do atual Estado do Pará, assinale a afirmativa que descreve corretamente uma de suas etapas.

- (A) No contexto da União das Coroas Ibéricas, iniciou-se a ocupação militar na embocadura do rio Amazonas, com a fundação de Belém, em 1616, como estratégia para assegurar a posse do território, em um período de intensas invasões holandesas, francesas e castelhanas.
- (B) No século XVII, a distribuição das missões na região amazônica era regulamentada pela cúria romana, mediante a Congregação *Propaganda Fide*, para evitar conflitos de jurisdição entre carmelitas, jesuítas e mercedários.
- (C) Durante a regência do padre Diogo Feijó (1835-1838), ocorreu a revolta popular dos Cabanos, motivada por pobreza, fome e doenças que afetavam a população da então Capitania do Grão Pará e Maranhão.
- (D) Na segunda metade do século XIX, a cadeia produtiva gomífera baseou-se em um sistema de adiantamento de créditos e dívida permanente conhecido como aviamento, o qual contribuiu para a expansão da coleta do látex no interior da floresta.
- (E) No decorrer da Segunda Guerra Mundial, os seringueiros do Pará constituíram um batalhão conhecido como “soldados da borracha”, mobilizado para o teatro de operações dos Aliados no Mediterrâneo.

27

*Na primeira metade dos anos 1970, o programa de desenvolvimento de infraestrutura para essa região foi baseado no conceito de planejamento de “eixos de desenvolvimento” realizado mediante a construção de numerosas estradas de longa distância, como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho e a ligação Porto Velho-Manaus. Essas rodovias serviram de porta de acesso para a migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados corredores de desenvolvimento.*

O trecho descreve o plano de desenvolvimento para a região amazônica conhecido como

- (A) Programa Avança Brasil.
- (B) Programa Grande Carajás (PGC).
- (C) Programa para a Integração Nacional (PIN).
- (D) Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7).
- (E) Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste).

28

A Área de Proteção Ambiental (APA) Arquipélago do Marajó é considerada a maior Unidade de Conservação na costa norte do Brasil.

A respeito da APA Marajó, é correto afirmar que

- (A) protege a biodiversidade dos ecossistemas que compõem os biomas amazônico e o pantanal, marcado pelas savanas alagadas.
- (B) apresenta uma paisagem alterada pelo período chuvoso, quando as várzeas e os campos baixos são inundados por 3 a 4 meses.
- (C) possui uma vegetação predominantemente composta por florestas decíduas temperadas, mais densas nas regiões aluvial e de terras baixas.
- (D) contém uma área de formação pioneira, com vastas áreas de dunas, caatinga e de florestas tropical ainda intocada.
- (E) abriga o povo marajoara, descendente de etnias indígenas pré-colombianas que se mantiveram isoladas do resto do continente.

29

Em 1989 em Altamira (PA), no encontro com as Nações Indígenas do Xingu, no qual debateu-se a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a líder indígena Tuíra Kayapó levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do então diretor da Eletronorte, em um gesto de advertência e indignação. A cena foi reproduzida em diversos jornais e tornou-se um marco do socio ambientalismo brasileiro.



A respeito da *perspectiva socio ambientalista*, que fortaleceu a correlação entre povos tradicionais e conservação do meio ambiente, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Nessa perspectiva, as populações tradicionais da Amazônia deixam de ser consideradas entraves ao desenvolvimento e passam a ser entendidas como sujeitos políticos capazes de articular práticas conservacionistas e direitos territoriais.
- ( ) Essa perspectiva resulta da associação entre luta política e preocupações ambientais, exemplificada pela coalizão Aliança dos Povos da Floresta, que mobilizou seringueiros e indígenas e culminou no assassinato de uma de suas lideranças, Chico Mendes, em 1988.
- ( ) Essa perspectiva foi criticada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92), que defendeu um desenvolvimento sustentável, em que os direitos de comunidades tradicionais não se sobrepõem à meta de produção de energia limpa, como a hidrelétrica.

Assinale a opção que indica a sequência correta, na ordem apresentada.

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – V.

30

Desde a década de 1980, a fotógrafa paraense Elza Lima tem se dedicado a registrar os modos de vida e a cultura do território amazônico. O acervo dessa artista e documentarista paraense revelam, ao mesmo tempo, o contexto sociocultural da região em que vive e o universo fabuloso que ela desenvolve mediante sua abordagem estética e seu manejo do equipamento fotográfico, como mostram as imagens reproduzidas a seguir.

Adaptado de <https://revistacontinente.com.br/edicoes/209/rparece-que-o-mundo-se-prepara-para-desaparecer>



Rio das Lavadeiras, Altamira, Pará, 1991 (matriz-negativo).



Abaetetuba, Pará, 1993 (matriz-negativo)

Com base nas imagens, analise as afirmativas a seguir a respeito da obra fotográfica de Elza Lima.

- I. A fotografia de Elza Lima documenta o cotidiano das populações ribeirinhas do Pará, registrando as festas populares, as moradias, as brincadeiras infantis e a presença de objetos industrializados no dia a dia das comunidades.
- II. As imagens mostram a relação afetiva das pessoas com o meio ambiente: crianças correndo ou segurando animais silvestres como se fossem de estimação.
- III. A obra de Elza Lima associa documentação e subjetividade, sobretudo quando consegue o efeito de congelamento de instantes fugazes, pelo cuidado com o enquadramento e a composição visual.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



## Módulo II - Conhecimentos Específicos

### Básicos

### Noções de Direito

31

Após a obtenção de sua independência em relação ao País Alfa, as lideranças políticas do País Beta iniciaram tratativas com o objetivo de elaborar sua primeira Constituição. Com esse objetivo, definiram que seria convocada uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nessa situação, é correto afirmar que o poder constituinte é um poder

- (A) de fato.
- (B) de direito.
- (C) derivado.
- (D) decorrente.
- (E) pós-fundacional.

32

João, Maria e Isabel pretendiam ter participação ativa na próxima eleição a ser realizada, cogitando, inclusive, a possibilidade de concorrerem a cargos eletivos. Ocorre que, na data do pleito, por variadas razões, João estará inelegível, Maria estará inabilitada para o exercício de uma função pública; e Isabel estará com os direitos políticos suspensos.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) apenas João e Maria poderão votar.
- (B) João, Maria e Isabel estarão com o alistamento eleitoral cancelado.
- (C) apenas João e Isabel não poderão concorrer a um cargo eletivo.
- (D) embora possam votar, João, Isabel e Maria não poderão concorrer a um cargo eletivo.
- (E) João, Maria e Isabel poderão votar, ou não, conforme o que previu a decisão que impôs as restrições à sua esfera jurídica.

33

Após ampla mobilização popular, visando à contenção do gasto público e ao zelo pela moralidade administrativa, foram iniciados debates, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado Sigma, para a apresentação de proposta de emenda constitucional que iria dispor que as leis orgânicas dos municípios situados no território de Sigma devem estatuir:

- I. o número máximo de secretarias do Poder Executivo;
- II. a remuneração máxima dos cargos do Poder Executivo;
- III. os balizamentos a serem observados para a prática de atos discricionários.

Considerando as três temáticas referidas, é correto afirmar que a Constituição Estadual

- (A) pode dispor sobre todas.
- (B) não pode dispor sobre nenhuma.
- (C) pode dispor apenas sobre a matéria referida em II.
- (D) pode dispor apenas sobre as matérias referidas em I e III.
- (E) pode dispor apenas sobre as matérias referidas em I e II.

34

O Poder Executivo do Estado Alfa estava envolvido em uma grande crise institucional, com reiteradas situações de descumprimento de comandos normativos veiculados em leis federais. Por tal razão, a oposição ao governo consultou um especialista em relação à possibilidade desses fatos ensejarem a decretação de intervenção federal.

O especialista esclareceu corretamente que

- (A) é cabível a intervenção, a ser decretada pelo Presidente da República após provocação do Congresso Nacional.
- (B) é cabível a intervenção provocada, sendo que há somente um legitimado para o ajuizamento da respectiva representação.
- (C) apesar da gravidade da situação, a hipótese não se enquadra no rol daquelas que autorizam a decretação da intervenção federal.
- (D) é cabível a intervenção espontânea, a ser decretada pelo Presidente da República, com posterior manifestação do Congresso Nacional.
- (E) é cabível a intervenção após o provimento, pelo Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal de Contas, da representação que venha a ser apresentada.

35

Com o objetivo de evitar uma iminente greve em certos setores do funcionalismo público federal, o Presidente da República, após se reunir com os Ministros das respectivas áreas, editou a Medida Provisória nº X (MPX), acolhendo parte das reivindicações das lideranças dos servidores públicos, de modo a alterar o regime jurídico da categoria. A MPX foi editada no dia seguinte à aprovação do Projeto de Lei nº Y (PLY) sobre a matéria no âmbito do Congresso Nacional. O PLY, no entanto, ainda não tinha sido encaminhado ao Poder Executivo.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a MPX

- (A) não poderia ter sido editada.
- (B) somente poderia ter sido editada após o recebimento do PLY.
- (C) irá sobrestar o encaminhamento do PLY, devendo ser anexada a ele.
- (D) foi editada com base no juízo de conveniência e oportunidade do Presidente da República, não tendo vício.
- (E) embora não tenha vício, perderá a eficácia, naquilo que for colidente com o PLY, caso este último seja sancionado.

36

Ao analisar a jurisprudência dos Tribunais Superiores, Stephanie observou que determinado princípio implícito na Constituição da República costuma ser invocado como fundamento para limitar a autotutela da Administração, inclusive nas hipóteses em que é admitida, ainda que excepcionalmente, a aplicação da teoria do fato consumado em matéria administrativa.

É correto afirmar que tal princípio é o da

- (A) legalidade.
- (B) publicidade.
- (C) segurança jurídica.
- (D) eficiência.
- (E) probidade.

37

A Lei nº 8.429/92 tipifica os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito, os que causam lesão ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Nesse contexto, à luz do mencionado Diploma Legal, é correto afirmar que são passíveis de responsabilização objetiva

- (A) todos os atos de improbidade tipificados na norma em questão.
- (B) os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito.
- (C) os atos de improbidade que causam prejuízo ao erário.
- (D) os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- (E) nenhum dos atos de improbidade tipificados na norma em questão.

38

Considerando os contornos da Administração Pública na Constituição de 1988, é correto afirmar que são entidades administrativas, integrantes da Administração Indireta, que são criadas por lei, diante de sua personalidade jurídica de direito público

- (A) as entidades autárquicas.
- (B) as sociedades de economia mista.
- (C) as empresas públicas.
- (D) os serviços sociais autônomos.
- (E) as organizações da sociedade civil de interesse público.

39

Anaclésio é servidor público estável, ocupante de cargo considerado técnico, integrante de carreira na Administração Direta no Estado do Pará, sendo certo que ele está analisando a viabilidade de acumular aquele que ocupa e exerce com outro cargo, emprego ou função no âmbito da Administração Pública

Diante dessa situação hipotética, considerando as disposições constitucionais acerca do tema, é correto afirmar que Anaclésio

- (A) apenas poderia acumular cargos públicos se fosse profissional da área de saúde.
- (B) poderia acumular o cargo em questão com qualquer outro emprego no âmbito da Administração Indireta.
- (C) poderia acumular o cargo técnico em questão com outro cargo efetivo de professor.
- (D) somente poderia acumular tal cargo com outra função pública, que não se enquadre como cargo ou emprego público.
- (E) poderia acumular o cargo que ocupa com qualquer outro cargo, emprego ou função de natureza burocrática.

40

No âmbito do Poder Regulamentar, diversas são as classificações a respeito dos regulamentos editados pelo Poder Público, entre elas aquela apoiada no fundamento de validade dos atos regulamentares.

Nesse contexto, aqueles que possuem fundamento de validade direto na Constituição e que inovam no ordenamento jurídico, não sendo necessário, para tanto, intermediação legislativa são os

- (A) regulamentos executivos.
- (B) regulamentos de necessidade.
- (C) regulamentos delegados.
- (D) regulamentos autônomos.
- (E) regulamentos autorizados.

## Administração Pública, gestão e fiscalização de contratos

41

*Modelos de administração pública compreendem um conjunto de teorias, características, normas, padrões, finalidades e práticas próprias, que identificam/definem o tipo de administração de determinada época/período. Os modelos passados demonstram organização, estrutura e “modus operandi” que já existiram – e o modelo atual serve de referência para a administração pública contemporânea, ao mesmo tempo que indica perspectivas e tendências para o futuro.*

(PALUDO, Augustinho. Administração Pública. São Paulo: Editora Jvspodium, 2024. p. 119.)

Quanto aos modelos de administração pública avalie as afirmativas a seguir:

- I. Embora haja predominância de determinado modelo no curso histórico da Administração Pública, os três modelos coexistem.
- II. O modelo burocrático não foi plenamente implementado no Brasil.
- III. Exemplo de manutenção do modelo patrimonialista é o corporativismo, que se torna evidente nos momentos de ameaça aos setores dominantes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

Na população de determinado município sobressaíram discussões quanto à necessidade de se incrementar a economia local, mais propriamente aquela referente aos microempreendedores. Após análises, verificou-se a dificuldade de obtenção de crédito por parte desse setor que, por sua vez, é o maior responsável pelas contratações diretas de mão de obra no setor privado.

O Poder Executivo local elencou então alternativas possíveis, entre elas a concessão de microcrédito mediante agência pública de fomento a ser criada. Outra alternativa possível seria a concessão de benefícios exclusivos nas contratações públicas, mas parte do parlamento local discorda das propostas apresentadas. Assim, o tema foi conduzido à audiência pública na Câmara de Vereadores.

A situação apresentada se refere à seguinte etapa do ciclo das políticas públicas:

- (A) Pré-definição do problema público.
- (B) Formação da agenda pública.
- (C) Elaboração da política pública.
- (D) Formulação da política pública.
- (E) Implementação da política pública.

**43**

Quanto às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Instituição hospitalar privada que tenha como objetivo social a prestação de serviços clínico mediante cobrança valores acessíveis, constituída há quatro (4) anos, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (B) Organização que tenha por objeto social a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, constituída há dois (2) anos, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (C) Organização privada de defesa do meio ambiente que preveja em seu estatuto que, em caso de dissolução, o seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (D) Entidade privada de benefício mútuo, destinada a proporcionar bens aos seus associados, que preveja, em seu estatuto, a observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (E) Organização não lucrativa de conservação do patrimônio histórico e artístico que em sua requisição deixa de apresentar demonstração do resultado do exercício terá sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público indeferida.

**44**

Avalie se as afirmativas a seguir, relacionadas à constituição das entidades paraestatais, estão corretas.

- I. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- II. O órgão colegiado de deliberação superior de Organização Social deve possuir, em sua composição, representantes do Poder Público e de membros da comunidade.
- III. É possível a celebração de parceria com Organização da Sociedade Civil que tenha como dirigente membro do Ministério Público.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

**45**

Uma Secretaria Municipal de Saúde levantou, durante a elaboração de seu planejamento estratégico, os seguintes fatores:

- I. Profissionais competentes e engajados.
- II. Dimensionamento inadequado das equipes.
- III. Equipe aderente à melhoria do processo.
- IV. Equipamentos modernos.
- V. Novas exigências pelo Ministério da Saúde como requisito para transferência de recursos de procedimentos não previstos.
- VI. Falta de estrutura física para expansão.
- VII. Dificuldade na integração entre sistemas de informação.
- VIII. Inovações tecnológicas em saúde.
- IX. Contingenciamento orçamentário.
- X. Transferências da União por emenda parlamentar.

Considerando a análise SWOT, assinale a afirmativa correta:

- (A) Os fatores III, VIII e X são oportunidades.
- (B) Os fatores II, V e IX são ameaças.
- (C) Os fatores I, IV e VIII são forças.
- (D) Os fatores II, VI e IX são fraquezas.
- (E) Os fatores V, VI e X são ameaças.

**46**

*Permite que os cidadãos estejam no centro das decisões e ações da administração pública, ajudando a combater a corrupção e os desvios de conduta, abrindo espaço para soluções e práticas inovadoras na gestão pública, e aumentando a capacidade de respostas tempestiva aos eventuais problemas.*

(BRASIL, GP GP, 2018)

Com base no trecho do Guia da Política de Governança Pública, elaborado pelo Governo Federal, assinale o princípio de governança que corresponde ao preceito contido no excerto acima.

- (A) *Accountability*.
- (B) Integridade.
- (C) Confiabilidade.
- (D) Participação Social.
- (E) Transparência.

47

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às linhas de defesa nela delimitadas.

Acerca do aludido tema, à luz do mencionado Diploma Legal, é correto afirmar que os Tribunal de Contas

- (A) integram todas as linhas de defesa, em razão da relevância do controle por eles exercido.
- (B) integram a primeira linha de defesa, juntamente com as autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.
- (C) integram a segunda linha de defesa, juntamente com as unidades de assessoramento jurídico.
- (D) integram a terceira linha de defesa, juntamente o órgão central de controle interno da Administração.
- (E) não integram tais linhas de defesa, que são compostas apenas pelos órgãos de controle interno.

48

A autoridade competente, após o devido processo administrativo, estava em vias de aplicar à sociedade *Gafanhoto* a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, razão pela qual questionou as peculiaridades de tal penalidade, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo correto responder a tal indagação que

- (A) trata-se de penalidade que não é passível de reabilitação.
- (B) o prazo máximo da penalidade é de 6 (seis) anos.
- (C) a irrisignação pertinente para impugnar a imposição de tal penalidade na via administrativa é o recurso hierárquico.
- (D) sua aplicação impede o responsável de licitar ou contratar apenas no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.
- (E) não é cabível a sua aplicação nas hipóteses em que o contratado comete a infração de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

49

Com relação aos pagamentos a serem realizados pela execução dos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) no dever de pagamento pela Administração Pública a ordem cronológica do adimplemento dos contratos não pode ser alterada em nenhuma hipótese.
- (B) disposição expressa no edital ou no contrato poderá prever pagamento em conta vinculada ou pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.
- (C) é admitido o pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.
- (D) no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa não poderá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- (E) na contratação de obras, fornecimento e serviços é vedada a determinação de remuneração variável vinculada ao desempenho do contrato, com base em metas, padrões de qualidade ou qualquer outro critério.

50

No exercício de suas atribuições como auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará, para fins de elaboração de certos contratos administrativos, Ednardo foi instado a se manifestar acerca da existência de discricionariedade quanto à previsão de matriz de alocação de riscos entre contratante e contratado nos respectivos editais.

Nesse contexto, diante do disposto na Lei nº 14.133/2021, Ednardo respondeu corretamente que

- (A) a previsão de matriz de risco submete-se à discricionariedade da Administração em qualquer contrato, independente do objeto ou do regime de execução.
- (B) há discricionariedade quanto à previsão de matriz de risco nos contratos de fornecimento, nas locações e nos contratos de obra, ainda que sejam realizados pelo regime da contratação semi-integrada.
- (C) nos contratos de grande vulto, além de outras hipóteses especificadas na lei de regência, notadamente quanto ao regime de execução, não há discricionariedade com relação à previsão de matriz de risco.
- (D) nas hipóteses de contratação pelos regimes de empreitada integral e empreitada por preço global não há discricionariedade da Administração acerca da previsão de matriz de risco.
- (E) dentre os regimes de execução indireta previstos na norma de regência, não há discricionariedade da Administração quanto à previsão de matriz de risco apenas em relação ao da contratação integrada.

## Controle Externo

51

Nos termos da ISSAI 20, *Accountability e transparência são dois elementos importantes de boa governança. A transparência é uma força poderosa que, quando aplicada de forma consistente, pode ajudar a combater a corrupção, melhorar a governança e promover a accountability.*

Considerando as disposições da referida norma, analise as afirmativas a seguir sobre os conceitos de *accountability*, transparência e sobre os princípios nela veiculados:

- I. É difícil separar *accountability* de transparência: ambas englobam muitas das mesmas ações, como por exemplo, a comunicação pública.
- II. A noção de transparência refere-se à informação pública tempestiva, confiável, clara e relevante da EFS sobre sua situação, seu mandato, sua estratégia, suas atividades, sua gestão financeira, suas operações e seus resultados.
- III. As EFS garantem que esses princípios de *accountability* e transparência não são comprometidos quando terceirizam suas atividades, inclusive as funções fiscalizadora e sancionadora.
- IV. O conceito de *accountability* refere-se à estrutura jurídica e de comunicação, à estrutura organizacional e estratégia, aos procedimentos e às ações para garantir que o dirigente da EFS, os membros (de instituições colegiais) e o servidores da EFS possam ser responsabilizados pelos seus atos, dentre outras iniciativas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e IV, somente.
- (E) I e II, somente.

52

*A Constituição também tratou em seu texto da figura do Auditor (Substituto de ministro ou Conselheiro) ... o Auditor tem a função precípua de substituir os membros titulares em suas faltas, impedimentos, férias, licenças ou vacância do cargo.*

(Paschoal, Valdecir. Direito Financeiro e Controle Externo. Impetus: 2004, p. 187)

A Lei Orgânica e o Regimento Interno do TCE-PA disciplinam as atribuições dos Auditores (substitutos de Conselheiros) de que trata o texto de Paschoal.

Considerando as disposições dessas normas, uma atribuição dos Auditores é

- (A) relatar e propor decisão por escrito dos processos que lhe sejam distribuídos, a ser votada e discutida exclusivamente pelos Conselheiros Titulares.
- (B) exercer as funções inerentes ao cargo de Conselheiro, no caso de vacância, até novo provimento, não podendo, no entanto, votar nem ser votado nas eleições para Presidente, Vice-Presidente, Corregedor e Ouvidor.
- (C) substituir o Conselheiro-Presidente em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal.
- (D) relatar e votar os processos que lhe sejam distribuídos, inclusive os referentes às contas de governo do Estado e dos municípios jurisdicionados ao TCE-PA.
- (E) presidir e orientar a instrução processual da matéria da qual seja Relator; determinando todas as providências e diligências necessárias àquele fim.

53

Nos termos da Declaração de Lima, as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) só podem desempenhar suas tarefas objetiva e efetivamente quando são independentes da auditada. Ademais, a norma preceitua que *em suas carreiras profissionais, os auditores de Entidades Fiscalizadoras Superiores não devem ser influenciados pelas organizações auditadas e não devem ser dependentes dessas organizações.*

Ao discorrer sobre a independência das EFS, Ismar Viana destaca que

*... a independência técnico-funcional do agente de controle não se limita ao plano formal, mediante a definição, em lei, das atribuições do cargo, e da arremuneração de servidores públicos pela via do concurso específico... (2019, p.15).*

Para o autor, a independência das EFS se relaciona à ausência de interferências no exercício da função de controle, o que se concretiza, *no plano material*, pela

- (A) garantia legal de estabilidade no serviço público.
- (B) previsão constitucional de seleção de membros e auditores com base no nível de complexidade do cargo.
- (C) garantia de meios para elaboração de pareceres técnicos que reflitam com fidedignidade os achados de auditoria.
- (D) exigência de notórios conhecimentos jurídicos e contábeis, dentre outros, para seleção dos membros dos Tribunais de Contas.
- (E) definição, em Lei, das atribuições dos membros e auditores dos Tribunais de Contas.

54

Após atendimento dos requisitos constitucionais, foi criado Estado-Membro da federação brasileira a partir da cisão de outro Estado.

Nos 10 (dez) primeiros anos da criação desse novo Estado, deve-se observar a seguinte regra atinente à composição do respectivo Tribunal de Contas:

- (A) Será composto por 7 (sete) Conselheiros, sendo três deles nomeados pelo Governador Eleito.
- (B) Será composto por 7 (sete) Conselheiros de reputação ilibada e mais de 10 anos de experiência profissional.
- (C) Será composto por 5 (cinco) Conselheiros eleitos pelo Poder Legislativo.
- (D) Será composto por 3 (três) Conselheiros escolhidos pelo Poder Legislativo, desde que comprovem idoneidade moral e experiência profissional.
- (E) Será composto por 3 (Três) Conselheiros, nomeados pelo Governador eleito, dentre brasileiros de comprovada idoneidade e notório saber.

55

O Sr. José, Secretário de Saúde de um órgão estadual jurisdicionado ao TCE-PA, praticou ato potencialmente danoso ao erário. Ao tomar conhecimento do fato, o órgão competente daquele instaurou e realizou o respectivo processo de tomada de contas especial em que apurou débito e imputou responsabilidade ao Sr. José e a outros dois servidores, encaminhando os resultados da apuração ao TCE-PA.

No entanto, o Tribunal de Contas verificou que, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, era necessária a manifestação dos responsáveis, tendo em vista o seu direito ao contraditório.

Nessa situação, e considerando as disposições do Regimento Interno do TCE-PA, o julgamento do Tribunal resultou em

- (A) decisão definitiva, com notificação dos responsáveis.
- (B) decisão preliminar, com ciência dos responsáveis.
- (C) citação dos responsáveis, para apresentação de defesa.
- (D) decisão terminativa, com quitação aos responsáveis.
- (E) notificação dos responsáveis, para apresentação de suas razões.

56

*O recente fenômeno relacionado aos órgãos constitucionais autônomos faz com que, embora inseridos na organização dos poderes, esses órgãos não se enfeixem nos três blocos orgânicos clássicos, e, sim, ao lado deles. O Tribunal de Contas é definido como “órgão especial” de destaque constitucional, possuindo caráter “sui generis”.*

(GUERRA, Evandro Martins. Controle Externo da Administração Pública. Ed. Forum, 2019, p. 168)

O autor discorre sobre a natureza jurídica dos Tribunais de Contas e destaca que, dessa natureza, decorrem algumas características peculiares.

Avalie se essas características dos Tribunais de Contas incluem:

- I. são órgãos híbridos, com função de controle externo formada por distintas competências de caráter técnico.
- II. possuem hierarquia própria e independente, apartada dos poderes.
- III. seus membros são equiparados aos do Poder Judiciário, possuindo as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos.
- IV. possuem iniciativa legislativa própria e competência normativa reguladora específica.

Estão corretas:

- (A) II, III e IV, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e III, somente.

57

Em processo de representação apresentado por Membro do Ministério Público de Contas junto ao TCE-PA, o Relator deferiu pedido de medida cautelar em que determinou ao gestor do órgão jurisdicionado que não realizasse os pagamentos decorrentes do contrato impugnado na referida representação até que houvesse decisão definitiva pelo Tribunal.

Em face da decisão do Relator cabe recurso de

- (A) agravo regimental, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (B) reconsideração, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias.
- (C) reexame, no prazo de 5 (cinco) anos.
- (D) embargo de declaração, com efeito suspensivo.
- (E) incidente de constitucionalidade.

58

Em uma Unidade de Auditoria da Secretaria de Controle Externo do TCE-PA identificou a necessidade avaliar um possível objeto de fiscalização para verificar a viabilidade de realização de atividade fiscalizatória.

Considerando as disposições do Regimento Interno do TCE-PA, o instrumento de fiscalização a ser usado para esse objetivo é

- (A) a inspeção.
- (B) o monitoramento.
- (C) a auditoria operacional.
- (D) o levantamento.
- (E) o acompanhamento.

59

Durante o julgamento de um processo de tomada de contas em Sessão Ordinária do Plenário do TCE-PA, um dos Conselheiros requereu vistas dos autos para apreciar de forma mais aprofundada o seu conteúdo e formar sua convicção, tendo o seu pedido deferido na forma do Regimento Interno do Tribunal.

Nessa hipótese, avalie se o Conselheiro que estiver em posse dos autos para vista poderá:

- I. determinar a realização de diligências externas.
- II. requerer a juntada de documentos, independentemente de aprovação do Tribunal Pleno.
- III. observar o prazo de adiamento do julgamento por, no máximo, duas sessões ordinárias, salvo prorrogação desse prazo por decisão do Tribunal Pleno.
- IV. na sessão em que o processo retornar à pauta, reabrir a discussão do voto-*vista*, não sendo possível a concessão de novos pedidos de vista aos demais Conselheiros.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

60

Nos termos do Regimento Interno do TCE-PA, as deliberações do Tribunal Pleno serão na forma de Resolução quando se tratar de

- (A) atos de admissão de pessoal, aposentadorias, reformas e pensões.
- (B) propostas de medida cautelar.
- (C) decisões preliminares do Tribunal.
- (D) aprovação de Regulamentos dos Serviços Auxiliares.
- (E) denúncias ou representações de qualquer natureza.

## Módulo III - Conhecimentos Específicos Avançados

61

A NBASP 140 tem como objetivo ajudar os Tribunais de Contas (TCs) a instituir, estabelecer e manter um sistema de controle da qualidade de suas auditorias apropriado às suas competências, de forma a responder aos seus riscos de qualidade.

O sistema de controle da qualidade inclui o controle e a asseguarção da qualidade do processo de auditoria dos TCs, e é composto por seis elementos, orientados por princípios.

O princípio que preceitua o estabelecimento de políticas e procedimentos destinados a fornecer segurança razoável de que têm pessoal suficiente, competente, capaz e comprometido com os princípios éticos para executar trabalhos de acordo com as normas profissionais, a legislação e as exigências regulamentares correspondentes, é integrante do seguinte elemento:

- (A) Recursos Humanos.
- (B) Governança.
- (C) Tecnologia organizacional.
- (D) Estrutura organizacional.
- (E) Monitoramento.

**62**

José, Auditor de Controle Externo do TCE-PA, integrava a equipe de auditorias que realizava um trabalho de conformidade em um órgão da administração pública estadual paraense. Ao analisar a evidência de um achado de auditoria, José, por motivos ideológicos, não manteve o distanciamento profissional necessário e não demonstrou uma atitude questionadora ao avaliar se a evidência obtida era suficiente e apropriada.

Considerando as disposições das NBASP-100, assinale o princípio fundamental de auditoria no setor público que não foi observado por José.

- (A) Julgamento profissional.
- (B) Ceticismo profissional.
- (C) Qualidade do trabalho de auditoria.
- (D) Devido zelo.
- (E) Comunicação eficaz.

**63**

Ao realizar um trabalho de auditoria financeira em um órgão sujeito à jurisdição do TCE-PA, a respectiva equipe de auditoria, com base em evidências suficientes e apropriadas, concluiu que as distorções, em conjunto, são generalizadas.

Nessa hipótese, os auditores podem emitir opinião de auditoria modificada que se classifica como

- (A) adversa.
- (B) com ressalvas.
- (C) apropriada.
- (D) abstenção de opinião.
- (E) completa.

**64**

A NBASP 300 estabelece diversas diretrizes a serem observadas no monitoramento dos achados e das recomendações decorrentes dos trabalhos de auditorias operacionais.

Em relação ao tema, avalie se as diretrizes a seguir, relativas às definidas naquela norma, estão corretas.

- I. O monitoramento deve ser relatado adequadamente para dar um retorno ao poder legislativo, se possível, juntamente com as conclusões e os impactos de todas as ações corretivas relevantes.
- II. O monitoramento é uma atividade independente que aumenta o valor do processo de auditoria ao fortalecer o impacto da auditoria e lançar as bases para o aprimoramento de futuros trabalhos de auditoria.
- III. O monitoramento encoraja somente o Tribunal de Contas, e não os auditados, a levar a auditoria a sério e fornece aos auditores lições úteis e indicadores de desempenho.
- IV. O monitoramento se restringe à implantação das recomendações, não podendo incluir a avaliação de outras ações implementadas pelo auditado.

Estão corretas as diretrizes

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I e II, somente.

**65**

Assinale a alternativa que apresenta uma orientação da NBASP 200 – Princípios de Auditoria Financeira, aplicável a um trabalho dessa natureza realizado pelo TCE-PA em um órgão da administração pública estadual.

- (A) Terá por objeto os dados contábeis e financeiros relacionados a uma entidade, bem como os programas, sistemas e processos governamentais.
- (B) O “usuário” das demonstrações contábeis no setor público é primariamente Tribunal de Contas e o Governador do Estado.
- (C) A auditoria financeira será um trabalho de asseguarção razoável, que é um alto nível de asseguarção.
- (D) Caso a equipe realize um trabalho de asseguarção limitada, esse trabalho também será abrangido pelas NBASP atuais que tratam da auditoria financeira.
- (E) O auditor é responsável pela elaboração da informação do objeto e pela implementação das transações contábeis subjacentes.

**66**

Tereza, experiente negociadora de veículos usados, anuncia um veículo por preço bem abaixo do mercado, despertando o interesse de Cristina. Cristina então procurou Tereza a fim de adquirir o veículo.

Curiosa para entender a razão pela qual Tereza estava vendendo o bem por um valor bem abaixo de mercado, interrogou Tereza, que então explicou que o veículo foi adquirido por herança de seu avô e que seus primos estariam reclamando judicialmente a propriedade do bem, informando, inclusive, o número do processo. Considerando o valor do bem, Cristina resolveu fechar o negócio, que foi firmado por escrito, contendo cláusula específica de exclusão de responsabilidade de Tereza caso os primos lograssem êxito na referida ação judicial e carro fosse por eles retomado. Foi acertado ainda o pagamento à vista.

Seis meses após a celebração da compra e venda, Cristina teve o carro apreendido por autoridade policial, que informou que o veículo era roubado e vinha sendo procurado há cerca de dois anos. Em seguida, Cristina procurou Tereza, requerendo a restituição dos valores pagos. Tereza, no entanto, se recusou, sob o argumento que o contrato celebrado entre as partes excluía integralmente a sua responsabilidade por eventual perda do bem.

Diante da situação hipotética narrada e em conformidade com a legislação vigente, avalie as assertivas a seguir.

- I. Tereza poderá ser responsabilizada pela evicção, a qual abarca a restituição integral do preço pago por Cristina, bem como a indenização pelas despesas dos contratos e as custas judiciais e honorários advocatícios.
- II. Tereza está correta em sua argumentação, pois constou do contrato, cláusula específica de exclusão de responsabilidade pela eventual perda do bem, o que abarca a apreensão por autoridade judicial.
- III. Eventual responsabilidade de Tereza, dependerá de sentença transitada em julgado determinando a perda do bem, sendo insuficiente para tal, a apreensão por autoridade policial.
- IV. Tereza não poderá ser responsabilizada pela perda do bem, pois informou a Cristina que se tratava de coisa litigiosa e, para compensar o risco, o preço pactuado foi abaixo do valor de mercado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

67

A sociedade empresária “Conhecendo o Brasil”, especializada em turismo doméstico, regularmente constituída e com sede em Bonito (PA), conforme seu ato constitutivo, resolveu expandir os negócios e, para tal, constituiu três filiais. Assim, a diretoria permaneceu situada em Bonito (PA) e foram criadas filiais em Salvador (BA), Guarapari (ES) e Florianópolis (SC). Todas as unidades estão em funcionamento e são geridas como unidades de negócios.

Recentemente, o gerente da filial de Guarapari foi questionado por um dos parceiros comerciais locais acerca da indicação do domicílio da “Conhecendo Brasil” no contrato com ele firmado. Segundo o parceiro comercial, a indicação de Bonito como domicílio está errada, pois o contrato foi celebrado em Guarapari.

Sobre a situação narrada e em conformidade com a legislação vigente, é correto afirmar que

- (A) não assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois, de fato, o domicílio da “Conhecendo o Brasil” é, exclusivamente, Bonito (PA).
- (B) não assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois a sede e as filiais da “Conhecendo o Brasil” são consideradas como domicílio da pessoa jurídica para os atos nele praticados.
- (C) assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois o domicílio para o exercício dos direitos e obrigações da “Conhecendo o Brasil” deverá ser o local onde os contratos foram firmados, não sendo possível especificar domicílio diverso nos contratos escritos.
- (D) não assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois o domicílio da “Conhecendo o Brasil” é o local em que a sociedade empresária ficar sediada em ânimo definitivo.
- (E) assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois à pessoa jurídica que possui filiais, aplica-se o princípio da pluralidade domiciliar e, conjuntamente, a regra do domicílio necessário que será aquele onde os atos tiverem sido praticados.

68

Pedro, 16 anos, desde o falecimento de seu pai em acidente de carro, ocorrido há dois anos, passou a adotar comportamento arredio, além de, recorrentemente, requerer que sua mãe, Olívia, o emancipe para que ele possa abandonar os estudos. Como Pedro recebeu vultosa herança de seu pai, acredita que não precisa estudar. Ante a recusa de Olívia em emancipá-lo, Pedro se tornou agressivo com a mãe e com todos com quem se relaciona, envolvendo-se constantemente em brigas.

No último domingo, após o término de uma partida de futebol, aborrecido com o fato de o seu time ter perdido, Pedro agrediu João, que transitava pela rua, vestindo a camisa do time rival. Em razão das agressões, João teve um braço fraturado e precisou interromper sua atividade profissional de motorista por 40 dias.

Ante a situação hipotética narrada e a legislação vigente, é correto afirmar que

- (A) Pedro tem responsabilidade civil direta e subjetiva pelos danos provocados, independentemente da situação financeira de Olívia.
- (B) Pedro e Olívia são solidariamente responsáveis pelos danos sofridos por João, de sorte que a vítima pode demandar qualquer um deles.
- (C) Olívia responde objetivamente pelos danos causados por Pedro, mas tem direito de regresso contra Pedro a partir do atingimento da maioridade civil.
- (D) Olívia responde direta e subjetivamente pelos danos causados por Pedro, não tendo direito de regresso contra o filho.
- (E) Caso Olívia não disponha de meios suficientes para indenizar João, Pedro, titular de patrimônio considerável, responderá pelos danos.

69

Os princípios do processo podem ser considerados como os pilares para a construção de um processo justo e pautado por valores constitucionais, com promoção e proteção dos direitos fundamentais de todos os envolvidos no processo.

A respeito do assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio do contraditório prévio impede a prolação de decisão contrária à parte sem que essa seja ouvida, ainda que se trate de decisão sobre tutela provisória de urgência.
- (B) A ampla defesa é o princípio processual que preconiza a necessidade de que o juízo competente seja definido por regras abstratas e prévias, confundindo-se com o juiz natural.
- (C) Como corolário da duração razoável do processo, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- (D) A observância da proporcionalidade e da razoabilidade no processo civil é decorrência da aplicação do princípio do devido processo legal em sua feição substancial.
- (E) A exigência de comportamento processual conforme a boa-fé se aplica somente às partes, sendo prescindível seu cumprimento por parte do órgão julgador e do membro do Ministério Público que nele officiar.

70

O controle judicial dos atos administrativos constitui importante mecanismo de verificação e correção da atuação da Administração Pública.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O controle judicial do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, não sendo possível a incursão no mérito administrativo, ressalvada flagrante ilegalidade.
- (B) É lícito ao Poder Judiciário se imiscuir nos critérios adotados pela banca examinadora para correção de provas e de atribuição de notas em concurso público.
- (C) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço executado, viola o princípio da separação dos poderes.
- (D) O ato de eliminação de candidato em concurso público pode ser revisto pelo Poder Judiciário, ressalvados os concursos públicos para carreiras militares, dada a prevalência da decisão da autoridade militar sobre a judicial em tal hipótese.
- (E) A motivação do ato administrativo pode ser concomitante ou posterior ao ato administrativo, não cabendo a anulação do ato ainda que seja motivado depois de sua prática.



**71**

“O conceito e estabelecimento da auditoria são inerentes à administração financeira pública, já que a gestão de recursos públicos envolve um voto de confiança. A auditoria não é um fim em si, e sim um elemento indispensável de um sistema regulatório cujo objetivo é revelar desvios das normas e violações dos princípios da legalidade, eficiência, efetividade e economicidade na gestão financeira com a tempestividade necessária para que medidas corretivas possam ter tomadas em casos individuais, para fazer com que os responsáveis por esses desvios assumam essa responsabilidade, para obter o devido ressarcimento ou para tomar medidas para prevenir- ou pelo menos dificultar—a ocorrência dessas violações”.

INTOSAI, Declaração de Lima (INTOSAI-P 1)

A Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) foi fundada em 1953, durante o primeiro Congresso Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, realizado em Cuba, como organização independente para, entre outros objetivos, estabelecer normas e orientações para a realização de auditorias governamentais eficazes e eficientes. O Brasil encontra-se entre seus membros, por meio do Tribunal de Contas da União.

Em consonância com as normas emanadas pela INTOSAI assinale a afirmativa correta.

- (A) Os princípios fundamentais estabelecidos pela INTOSAI, dado o seu caráter amplo, e pela adesão dos países membros, se sobrepõem às leis e regulamentos nacionais.
- (B) Auditoria financeira foca em determinar se um particular objeto está em conformidade com normas identificadas como critérios.
- (C) Auditoria de conformidade foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento.
- (D) As Instituições Superiores de Controle podem realizar auditorias ou outros trabalhos sobre qualquer tema de relevância que diga respeito às responsabilidades da administração e dos responsáveis pela governança e ao uso apropriado de recursos e bens públicos.
- (E) A asseguarção em auditoria pode ser razoável ou limitada, nesta última a conclusão da auditoria é expressa de forma positiva, transmitindo que, na opinião do auditor, o objeto está ou não em conformidade em todos os aspectos relevantes.

**72**

O Departamento de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará está preparando o seu plano anual de fiscalização, a ser apresentado ao Tribunal Pleno para deliberação.

Na identificação dos objetos auditáveis foram elencados, entre outros:

- [1]. Conhecimento do funcionamento da política de concessão de benefícios fiscais.
- [2]. Supervisionar o desempenho de modelagem de concessão de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário a ser realizada por ente municipal daqui a seis meses.
- [3]. Verificar o cumprimento pela Secretaria de Estado de Saúde de determinações e recomendações prolatadas pelo Tribunal de Contas para aperfeiçoamento da regulação em âmbito estadual do sistema de saúde.

Os instrumentos de fiscalização que devem ser sugeridos em função dos objetos [1], [2] e [3], considerando a definição constante do Regimento Interno do TCE-PA, são, respectivamente,

- (A) inspeção, auditoria e acompanhamento.
- (B) inspeção, auditoria e levantamento.
- (C) levantamento, acompanhamento e monitoramento.
- (D) levantamento, acompanhamento e inspeção.
- (E) acompanhamento, auditoria, monitoramento.

**73**

Quanto à amostragem em auditoria assinale a afirmativa correta.

- (A) A amostragem por atributos tem por objetivo estimar uma proporção, sendo relacionada aos testes de controle.
- (B) A amostragem por atributos tem por objetivo estimar a média por unidade monetária, sendo relacionada aos testes substantivos.
- (C) A amostragem de unidades monetárias tem por objetivo estimar uma proporção, sendo relacionada aos testes de controle.
- (D) A amostragem de unidades monetárias tem por objetivo estimar uma proporção, sendo relacionada aos testes substantivos.
- (E) A amostragem por atributos tem por objetivo estimar a média um valor monetário, sendo relacionada aos testes substantivos.

**74**

Assinale a opção que apresenta um exemplo de Teste de Recálculo.

- (A) Verificação da consistência do balanço e da conta de resultado com o balancete.
- (B) Conferência aritmética de compromissos não contabilizados ou não reconhecidos no balanço.
- (C) Confirmação de autorizações, pagamentos e certas rubricas do balanço.
- (D) Inspeção do registro e do valor de empenho e declarações de despesas/faturas não pagas até o final do exercício, e as garantias relacionadas recebidas.
- (E) Exame de quaisquer alterações das regras de contabilidade.

75

No encerramento do trabalho de auditoria governamental deve ser apresentado relatório com as constatações da equipe de auditoria. Junto a este relatório, para além de outros documentos, são apresentadas matrizes relativas aos achados de auditoria e à responsabilização daqueles a que deram causa as impropriedades verificadas.

Em relação às matrizes de achado e responsabilização assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A matriz de achados sintetiza os elementos dos achados e demais informações úteis para a assimilação das respostas às questões planejadas, servindo de base para discussões sobre os resultados alcançados e auxiliando a elaboração do relatório de auditoria.
- (B) A evidência, elemento da matriz de achados, é referente as informações obtidas durante a auditoria, no intuito de documentar os achados e respaldar as conclusões e opiniões da equipe de auditoria.
- (C) A matriz de responsabilização fornece o detalhamento para a formulação da proposta que balizará o preenchimento dos encaminhamentos a serem sugeridos no âmbito da matriz de achados.
- (D) Para a devida responsabilização dos agentes que deram causa às impropriedades detectadas deve-se avaliar a reprovabilidade da contudo, utilizando os preceitos da Lei de Introdução do Direito Brasileiro.
- (E) A conduta, elemento da matriz de achados, trata da situação existente e identificada, inclusive com período de ocorrência, e documentada durante a fase de execução da auditoria.

76

Uma entidade do setor público elabora anualmente informações sobre a sua situação patrimonial e o seu desempenho.

Em 2023, ela elaborou as informações de maneira diferenciada, de modo que não foi possível aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre as informações de 2023 e de 2022 e nem tomar decisões com base nelas.

Assinale a opção que indica a característica qualitativa que não foi diretamente atendida no período:

- (A) Materialidade.
- (B) Tempestividade.
- (C) Verificabilidade.
- (D) Comparabilidade.
- (E) Compreensibilidade.

77

Analise as afirmações a seguir:

- I. A entidade satisfaz os seus objetivos financeiros.
- II. As receitas, as despesas, os fluxos de caixa e o desempenho da entidade estão em conformidade com os orçamentos aprovados.
- III. A entidade observou a legislação vigente e outros regulamentos que regem a captação e a utilização de recursos públicos.

As demonstrações contábeis podem fornecer informação que auxilia os usuários na avaliação da extensão relacionada ao que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

78

A normatização contábil fornece diretrizes em relação a mudanças nas políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e retificações de erros, de forma a melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis e permitir a sua comparabilidade ao longo do tempo.

Relacione o fato e o tratamento contábil aplicável:

- 1. Mudança na política contábil
- 2. Mudança de estimativa
- 3. Retificação de erro
- ( ) Aplicação prospectiva
- ( ) Aplicação retrospectiva
- ( ) Reapresentação retrospectiva

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 1 – 2.

79

Em uma entidade do setor público, para que as aplicações financeiras sejam incluídas na classificação de Equivalente de Caixa, devem atender aos requisitos listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Serem realizáveis no curto prazo, como, três meses.
- (B) Estarem sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.
- (C) Serem conversíveis para pagamentos de despesas futuras.
- (D) Serem prontamente conversíveis em quantia conhecida de caixa.
- (E) Terem como finalidade atender a compromissos de caixa de curto prazo.

80

Uma escola do setor público realiza compras mensais de canetas que são utilizadas nas aulas pelos alunos. A escola realizou as seguintes compras, antes do ano letivo começar:

- 01/12/2023: 50 canetas por R\$5 cada.
- 02/01/2024: 80 canetas por R\$10 cada.
- 01/02/2024: 120 canetas por R\$12 cada.

As canetas foram guardadas no almoxarifado da escola.

O ano letivo começou em 01/03. No mês, foram utilizadas 150 canetas.

A escola tomou ciência de que, no mês de abril, o preço unitário da caneta seria R\$14.

Assinale a opção que indica o estoque de canetas em almoxarifado em 31/01/2024:

- (A) R\$650.
- (B) R\$900.
- (C) R\$916.
- (D) R\$996.
- (E) R\$1.400.

**81**

Em 02/10/2023, uma universidade do setor público adquiriu um terreno ao lado de seu prédio por R\$400.000. O planejamento inicial era realizar obras de expansão, no entanto, por questões externas, foi constatado que a expansão não iria mais ocorrer. Por estar localizado em uma área valorizada, a universidade decidiu manter o terreno para valorização.

Enquanto isso, em 01/12/2023, a universidade transformou o terreno em um estacionamento, para ser utilizado pelo público externo, mediante pagamento por hora de utilização. Na data, o valor justo do terreno foi estimado em R\$500.000 e a universidade optou por avalia-lo de acordo com este montante. Em 31/12/2023, não foi verificada modificação na estimativa do valor justo.

Além disso, é estimado que o estacionamento gere uma receita anual de R\$600.000, enquanto suas despesas anuais são estimadas em R\$120.000.

Assinale a opção que indica a mensuração do terreno em 31/12/2023:

- (A) R\$380.000.
- (B) R\$400.000.
- (C) R\$480.000.
- (D) R\$500.000.
- (E) R\$600.000.

**82**

Uma repartição pública adquiriu 100% de participação em uma entidade por R\$200.000.

A entidade apresentava os seguintes elementos patrimoniais em seu balanço patrimonial: Terrenos destinados à valorização: R\$150.000; Despesas a pagar no curto prazo: R\$40.000; Capital Social: R\$110.000.

Na data de aquisição, foi estimado que o terreno tinha valor justo de R\$160.000.

Assinale a opção que indica, respectivamente, o ágio por mais-valia de ativos líquidos e o ágio por expectativa de rentabilidade futura:

- (A) Zero e 50.000.
- (B) Zero e R\$90.000.
- (C) R\$10.000 e R\$40.000.
- (D) R\$10.000 e R\$80.000.
- (E) R\$10.000 e R\$50.000.

**83**

Uma entidade do setor público, que trabalhava com tecnologia, mantinha em seu escritório equipamentos de informática sobressalentes para utilização em caso de quebra e desgaste dos atuais ativos.

Ao elaborar as demonstrações contábeis da entidade, os contadores avaliaram que estes equipamentos atendiam à definição de ativo, mas não a de ativo imobilizado.

Neste caso, os equipamentos sobressalentes devem ser classificados como:

- (A) estoques.
- (B) investimentos.
- (C) ativos especiais.
- (D) ativos intangíveis.
- (E) ativos contingentes.

**84**

Com relação ao reconhecimento dos gastos de formação de um ativo intangível formado internamente, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) Durante a fase de pesquisa, a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, de modo que estes gastos são reconhecidos como variação patrimonial diminutiva quando incorridos.
- ( ) Durante a fase de desenvolvimento, a entidade já tem certeza sobre a conclusão do ativo, de modo que estes gastos são reconhecidos imediatamente como ativo intangível.
- ( ) Caso a entidade não consiga diferenciar a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento de projeto interno de criação de ativo intangível, o gasto com o projeto deve ser tratado como incorrido apenas na fase de pesquisa.

As afirmativas são, respectivamente

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – V.

**85**

Os custos dos empréstimos são os juros e outros custos em que a entidade incorre relacionados com o empréstimo de recursos.

Esses custos podem incluir o que se afirma a seguir, **exceto**

- (A) a amortização de descontos ou prêmios relacionados com empréstimos obtidos.
- (B) os juros de empréstimos obtidos em curto e longo prazos e de saldo bancário a descoberto.
- (C) os encargos financeiros relativos a arrendamentos mercantis financeiros e contratos de concessão de serviços públicos.
- (D) os gastos com a equipe da administração financeira e com a empresa que atua diretamente na captação de novos empréstimos e financiamentos.
- (E) as variações cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, na extensão em que elas sejam consideradas como ajuste do custo dos juros.

**86**

O Balanço Financeiro de uma entidade do setor público apresentava os seguintes saldos:

- Saldo para o Exercício seguinte: R\$300.000.
- Resultado Financeiro do Exercício: R\$120.000.

Pode-se afirmar que, o saldo do exercício anterior era de

- (A) R\$120.000.
- (B) R\$180.000.
- (C) R\$210.000.
- (D) R\$420.000.
- (E) R\$480.000.

**87**

Em uma entidade do setor público, no Quadro das Contas de Compensação no Balanço Patrimonial, são considerados atos potenciais ativos, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

- (A) garantias e contragarantias recebidas.
- (B) obrigações conveniadas e contratuais.
- (C) demandas judiciais e contas a pagar.
- (D) variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.
- (E) variações patrimoniais aumentativas recebidas antecipadamente.

**88**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a fim de facilitar a compreensão e a comparação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público com as de outras entidades, é sugerido que as notas explicativas sejam apresentadas em determinada ordem.

Deste modo, devem ser apresentados em Informações Gerais

- (A) os ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.
- (B) a natureza das operações e as principais atividades da entidade.
- (C) as bases de mensuração utilizadas e as políticas contábeis alteradas.
- (D) os passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.
- (E) os julgamentos pela aplicação das políticas contábeis e as normas utilizadas.

**89**

Em 01/07/2022, uma sociedade empresária contraiu um empréstimo de R\$180.000 com prazo de três anos. De acordo com o contrato, a sociedade empresária deveria amortizar R\$30.000 do empréstimo no penúltimo dia de cada semestre. Além disso, os juros fixos eram de R\$5.000, pagos ao final de cada trimestre.

No Balanço Patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/2022, o empréstimo é apresentado do seguinte modo:

- (A) Passivo não Circulante: R\$105.000.
- (B) Passivo Circulante: R\$30.000; Passivo não Circulante: R\$120.000.
- (C) Passivo Circulante: R\$60.000; Passivo não Circulante: R\$90.000.
- (D) Passivo Circulante: R\$35.000; Passivo não Circulante: R\$140.000.
- (E) Passivo não Circulante: R\$150.000; Passivo Circulante: R\$70.000.

**90**

Em 2023, uma sociedade empresária auferiu Receita com Equivalência Patrimonial de R\$100.000. Em 31/12/2023, a sociedade empresária constituiu reserva de lucros a realizar, para não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente.

O montante será revertido quando ocorrer o primeiro entre

- (A) alienação/baixa do investimento ou mudança do exercício social.
- (B) aumento de participação no investimento ou recebimento dos dividendos.
- (C) redução da participação societária no investimento ou mudança na administração da investida.
- (D) mudança na estrutura societária do investimento ou mudança do exercício social.
- (E) recebimento dos dividendos do investimento ou sua alienação/baixa.

**91**

Em 01/05/2024, uma papelaria adquiriu 300 cadernos para revenda à vista. Cada caderno é geralmente vendido pelo seu fornecedor por R\$20, no entanto, como a quantidade era considerada grande, a papelaria recebeu um desconto de 10% sobre o preço. Além disso, o fornecedor pagou pelo frete dos cadernos, que era de R\$300.

Em maio de 2024 foram vendidos 200 cadernos, pelo preço unitário de R\$60, a prazo. A inadimplência é estimada em 2%. Além disso, a papelaria paga aos seus vendedores uma comissão de 5% sobre a mercadoria vendida.

Assinale a opção que indica o custo das mercadorias vendidas relacionado à venda dos cadernos em maio de 2024, considerando que não havia estoque inicial:

- (A) R\$3.600.
- (B) R\$3.800.
- (C) R\$4.000.
- (D) R\$4.200.
- (E) R\$4.600.

**92**

Em 31/12/2022, a Cia XYZ emitiu debêntures com prêmio.

Ao longo da vigência das debêntures, o valor do prêmio foi alocado ao resultado do período através da seguinte conta:

- (A) receitas financeiras.
- (B) despesas financeiras.
- (C) despesas operacionais.
- (D) redutora das receitas financeiras.
- (E) redutora das despesas financeiras.

**93**

Em 02/01/2023, uma sociedade empresária contratou um pintor renomado para pintar um quadro de seu presidente, para colocar em sua sala. O custo do quadro foi de R\$50.000.

Em 31/12/2023, o presidente deixou a empresa e se mudou para outro país, de modo que o quadro foi retirado. Na data, a sociedade empresária constatou que não havia mercado para a venda do quadro.

Assinale a opção que indica o procedimento contábil da sociedade empresária em suas demonstrações contábeis:

- (A) baixar o ativo, com contrapartida no resultado.
- (B) baixar o ativo, com contrapartida em ajustes de avaliação patrimonial.
- (C) reclassificar o ativo, de imobilizado para investimentos.
- (D) reclassificar o ativo, de imobilizado para realizável a longo prazo.
- (E) aumentar a vida útil estimada e diminuir o valor residual do ativo.

**94**

Em 31/12/2022, uma fábrica apresentava os seguintes ativos imobilizados em seu balanço patrimonial, apresentados pelo preço de compra inicial e depreciação acumulada:

Terreno	100.000
Máquinas	50.000
Depreciação Acumulada	(12.000)
Total do Ativo Imobilizado	138.000

Em 01/01/2023, o proprietário da fábrica decidiu que encerraria os seus negócios em 01/03/2027, de modo que usaria os ativos até esta data e, depois os venderia por metade do preço de compra.

Assinale a opção que indica a depreciação acumulada do ativo imobilizado em 31/12/2023:

- (A) R\$15.120.
- (B) R\$16.120.
- (C) R\$18.000.
- (D) R\$19.000.
- (E) R\$21.120.

**95**

Uma loja de roupas apresentava os seguintes saldos em sua Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2023:

Receita Bruta de Vendas: .....R\$60.000;  
 Custo das mercadorias vendidas:.....R\$25.000;  
 Despesas Operacionais:.....R\$18.000.

No ano, não houve devoluções de vendas e nem perda por inadimplência.

Assinale a opção que indica a Receita Líquida de Vendas da loja em 31/12/2023, desconsiderando os tributos incidentes:

- (A) R\$17.000.
- (B) R\$35.000.
- (C) R\$42.000.
- (D) R\$60.000.
- (E) R\$85.000.

**96**

Em 31/12/2022, uma loja de jogos eletrônicos apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial:

Disponibilidades:.....R\$200.000;  
 Estoque: .....R\$400.000;  
 Patrimônio Líquido: .....R\$600.000.

No ano de 2023 não houve compras de estoque. Além disso, a loja vendeu todo o seu estoque por R\$700.000 à vista. No ano, a loja reconheceu as seguintes despesas operacionais:

Salários: .....R\$120.000;  
 Aluguel: .....R\$60.000;  
 Com provisão para garantias: .....R\$20.000.

Assinale a opção que indica, respectivamente, (i) o lucro da loja antes do imposto de renda e contribuição social e (ii) o imposto de renda e contribuição social, em 31/12/2023, considerando que a alíquota do imposto de renda e contribuição social era de 34%:

- (A) R\$100.000 e R\$34.000.
- (B) R\$100.000 e R\$40.800.
- (C) R\$100.000 e R\$47.600.
- (D) R\$120.000 e R\$34.000.
- (E) R\$120.000 e R\$40.800.

**97**

Leia o fragmento a seguir.

*Uma fábrica de brinquedos adquiriu 3 computadores para serem utilizados pelos profissionais de contabilidade do escritório geral por R\$20.000, para pagamento em seis meses.*

*No momento da compra, o computador é considerado um \_\_\_\_\_. Anualmente, seu uso é considerado um(a) \_\_\_\_\_.*

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do fragmento acima

- (A) custo – despesa.
- (B) desembolso – custo.
- (C) investimento – custo.
- (D) desembolso – despesa.
- (E) investimento – despesa.

**98**

De acordo com a NBC TSP 34– Custos no Setor Público, no processo de desenvolvimento de modelos de gerenciamento de custos, é recomendável a observância de diretrizes que representam etapas a serem percorridas pela entidade.

Nesse sentido, a etapa cujo objetivo é identificar e segregar os custos a serem mensurados é denominada

- (A) Gestão.
- (B) Estruturação.
- (C) Planejamento.
- (D) Implantação.
- (E) Evidenciação.

**99**

Um hospital universitário utiliza força de trabalho de estudantes. Deste modo, o hospital não é o responsável pelo desembolso, no entanto, tem benefícios dele.

Assinale a opção que indica a atribuição dos custos de recursos que não geram desembolsos, de acordo com a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público

- (A) os recursos consumidos devem ser atribuídos aos objetos de custos, de modo a tornar o processo mais simples e rápido.
- (B) os recursos consumidos devem ser atribuídos aos objetos de custos, de modo a representar com fidedignidade o custo dos recursos consumidos.
- (C) os recursos consumidos não devem ser atribuídos aos objetos de custos, de modo a quantificar o montante efetivamente dispendido.
- (D) os recursos consumidos não devem ser atribuídos aos objetos de custos, de modo a diferenciar entre recursos que geram e os que não geram desembolso.
- (E) os recursos consumidos devem ser atribuídos aos objetos de custos, uma vez que os custos para segregar os recursos que geram dos que não geram desembolsos são maiores do que os benefícios.

**100**

Leia o fragmento a seguir.

*O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal e visa a dar transparência ao equilíbrio entre \_\_\_\_\_ e a disponibilidade de caixa, bem como ao equilíbrio entre a inscrição em Restos a Pagar Não Processados e \_\_\_\_\_.*

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do fragmento acima, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

- (A) o resultado obtido – a disponibilidade de caixa
- (B) o resultado obtido – o resultado esperado.
- (C) a geração de obrigações de despesa – a disponibilidade de caixa
- (D) a geração de obrigações de despesa – em restos a pagar processados.
- (E) a geração de origens de receitas – em restos a pagar processados.



Realização

